

EDITORIAL

É com grande satisfação que apresentamos aos nossos leitores a terceira edição (v. 19 n. 03) da Revista do Direito Público da UEL. Esta edição traz uma coleção rica de reflexões sobre temas atuais e desafiadores, analisando desde questões tributárias e administrativas até debates sobre direitos humanos e inovações tecnológicas. Como sempre, nossa missão é fomentar a produção acadêmica de qualidade e promover o pensamento crítico, trazendo uma contribuição significativa para o campo do Direito Público.

Nesta edição, destacamos artigos que analisam o impacto das recentes mudanças legislativas e suas implicações para o Estado e para a sociedade. O artigo “Limites das Sanções Tributárias” faz uma análise detalhada sobre as fronteiras do poder punitivo do Fisco, refletindo sobre a relação entre o Direito Tributário e as garantias constitucionais dos contribuintes. O estudo sobre “O Caso Kolyinos-Colgate e a Consolidação do CADE” explora o marco que esse julgamento representa para a atuação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, discutindo suas implicações para a concorrência no Brasil.

Outro destaque é o artigo sobre as “Formas de Prestação do Serviço Público de Saneamento Básico”, que examina as mudanças trazidas pela Lei nº 14.026/2020, refletindo sobre a regulação e a eficiência nos serviços públicos essenciais. Em seguida, o tema dos “Conflitos Fundiários Urbanos” nos propõe uma reflexão sobre a urbanização acelerada e os desafios jurídicos associados à regularização fundiária.

Na interseção entre tecnologia e Direito, o artigo sobre “Tecnologias Vestíveis e Superávit Comportamental” problematiza a imposição de produtividade no ambiente de trabalho através de técnicas invasivas de monitoramento, levantando questões importantes sobre privacidade e liberdade individual. A crescente relevância da energia solar no Brasil também é tema de destaque, com o artigo sobre “Tributação e Benefícios Fiscais da Geração Distribuída de Energia Solar”, que analisa o impacto das políticas fiscais nesse setor crescente e promissor.

Ainda no campo da tributação, encontramos a “Emenda Constitucional n. 87/2015 e o Diferencial de Alíquota do ICMS”, examinando a recente mudança na tributação do comércio eletrônico e seus efeitos sobre a arrecadação estadual e as práticas empresariais. A crítica ao “Neoliberalismo e Teoria do Estado” nos leva a refletir sobre o impacto das políticas econômicas neoliberais na atuação estatal e na própria noção de soberania nacional.

Outros artigos instigantes discutem o papel do Estado na execução de políticas públicas, como em “Executar ou Não Executar?”, e o impacto da “Cultura da Doação e Incentivos Fiscais” nas relações interinstitucionais entre o Brasil e

os Estados Unidos. No campo dos direitos humanos, o desenvolvimento jurisprudencial da Corte Interamericana de Direitos Humanos é tratado no artigo sobre “Acesso à Informação e Direitos Conexos”, um tema de crucial importância para a garantia de direitos fundamentais em uma era digital.

Ainda nessa linha, o “Convênio ICMS 100/97” e as “Reflexões sobre o Modelo Distrital Mistos para o Parlamento Municipal” apresentam discussões sobre a articulação entre federação e os desafios da democracia representativa em nível municipal. E por fim, o artigo sobre “Proteção de Dados Pessoais e Autodeterminação Informativa” traz à tona os novos paradigmas da privacidade e da proteção de dados pessoais, um tema sempre relevante em um contexto digital globalizado.

Um dos artigos de destaque nesta edição trata do “Processo de Institucionalização do Supremo Tribunal Federal Durante a Pandemia de COVID-19”, que oferece uma análise detalhada sobre o papel central da Corte no cenário político e jurídico do Brasil durante a crise sanitária global. O artigo examina a atuação do STF em questões envolvendo competência e a preservação de direitos fundamentais, especialmente no contexto de decisões relacionadas à saúde pública e à garantia do Estado Democrático de Direito em tempos de emergência.

A presente edição também conta com duas resenhas críticas. Uma sobre a obra “Em Defesa do Preconceito”, trazendo uma provocação sobre os limites da liberdade de expressão e a necessidade de confrontar ideias preconcebidas, um tema que se torna ainda mais pertinente na sociedade contemporânea e a outra, “O Filtro Invisível: O que a Internet Está Escondendo de Você”, onde o autor nos alerta sobre os riscos de um espaço virtual cada vez mais fragmentado, nos fazendo refletir para tentar compreender os desafios da era digital e suas implicações para a democracia e a sociedade.

Agradecemos aos autores pela contribuição valiosa e aos leitores por acompanhar nosso trabalho. Estamos certos de que os artigos e as reflexões aqui apresentados continuarão a fomentar o debate e o aprimoramento do Direito Público no Brasil, sempre com um olhar atento às transformações sociais, políticas e tecnológicas que marcam o presente e o futuro do nosso país.

Boa leitura!

Prof. Dr. Luiz Fernando Bellinetti

Editor-chefe

Revista do Direito Público